

CORREIO NACIONAL

POR FERNANDO MOLICA

Aloisio Mauricio/Fotoarena/Folhapress



Presidente do Senado quer discutir mais os temas

Pacheco: sem pressa para votar minirreforma e anistia

Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) tem demonstrado não compartilhar da pressa da Câmara dos Deputados em aprovar medidas como o projeto da minirreforma eleitoral e, principalmente, da Proposta de Emenda Constitucional. A PEC anistia partidos políticos que descumpriram cotas de gênero e tiveram contas reprovadas — ou seja, não conseguiram provar que aplicaram corretamente o dinheiro público que lhes

foi destinado. Em reunião de líderes na semana passada, Pacheco argumentou que as duas propostas são muito delicadas, tocam em pontos sensíveis e têm sido muito questionadas por setores importantes da população. Para ele, melhor seria deixar que as novas regras eleitorais sejam válidas apenas para o pleito de 2026. Para que o projeto entre em vigor em 2024, o Senado tem que aprová-lo antes do próximo dia 6.

No Senado

Aprovada pela Câmara no dia 14, a minirreforma facilita a prestação de contas eleitorais, flexibiliza os casos de inegibilidade, proíbe candidaturas coletivas e autoriza partidos a comprarem barcos e aviões. O projeto chegou ao Senado na terça e aguarda designação de relator.

Irritação

Ao indicar que também vai botar o pé no freio na anistia, Pacheco irritou muitos deputados, que não querem arcar sozinho com o ônus de uma medida que favorece todos os partidos. De acordo com uma estimativa, o perdão das dívidas poderia chegar a R\$ 23 bilhões.

União

A anistia conta com o apoio de praticamente todos os partidos políticos, fez com que PT e PL ficassem do mesmo lado. Ontem, o Psol protocolou medida para tentar dificultar a tramitação da proposta em comissão especial da Câmara dos Deputados.

Diferenças

A posição crítica de Rodrigo Pacheco em relação aos dois projetos serve também para reforçar suas diferenças com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que na prática, atua como se fosse o responsável por um sindicato de deputados federais.

Foto de Fernando Molica



O prêmio recebido por Gleiser foi outro

Cartaz de evento dá Nobel fake para físico brasileiro

A publicidade da Rio Innovation Week, que será realizada de 3 a 6 de outubro, concedeu ao físico brasileiro Marcelo Gleiser um Prêmio Nobel que ele — pelo menos, por enquanto — não recebeu. A inexistente honraria está exposta em banners espalhados pela cidade, como este, na Lagoa. A programação do even-

to, porém, está correta. Lá é dito que Gleiser venceu o Prêmio Templeton, “considerado o Nobel da espiritualidade”. Nenhum brasileiro ganhou um Nobel, ainda que um petropolitano tenha recebido a honraria em 1960. Filho de britânicos, Peter Medawar optou por ser súdito de Sua Majestade.

Desmarcou

Presidente da CPMI do 8 de Janeiro, o deputado Arthur Maia (União-BR) desmarcou audiência com a presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber. O encontro seria para pedir que o plenário analisasse decisões que impediram depoimentos à comissão.

Recurso

Maia afirmou que pensou melhor no tema e concluiu que a presidente não teria como interferir nos casos, que devem ser avaliados pelos integrantes do STF. Frisou que a Advocacia do Senado já recorreu das decisões tomadas por Nunes Marques e André Mendonça.

Carlos Moura/SCO/STF



Toffoli foi o único a votar na sessão do STF de quarta-feira

Toffoli vota contra Marco Temporal

Placar está 5 votos contrários e 2 favoráveis

Por Gabriela Gallo e Rudolfo Lago

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o julgamento do Marco Temporal de demarcação de terras indígenas. A sessão retornou nesta quarta-feira (20) e continua nesta quinta-feira (21). Seguindo a ordem de votação, o ministro Luiz Fux é que deveria iniciar a sessão de ontem, mas Dias Toffoli pediu para antecipar o seu voto. E foi voto contrário à tese de que a data de promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988, é que deve definir a propriedade das terras indígenas, o chamado marco temporal. Até o momento, o placar está em 5 votos favoráveis e 2 votos contrários. Falta um voto para a Corte formar maioria contra a tese, o que seria uma vitória para os indígenas. Ainda faltam quatro votos.

O Marco Temporal determina que os povos indígenas têm o direito de ocupar apenas as terras que já estavam ocupadas ou disputadas em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Portanto, se a medida for aprovada, territórios indígenas que foram ocupados depois desta data poderiam vir a ser desapropriados.

O relator da proposta, ministro Edson Fachin, acompanhado de Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Luís Roberto Barroso e Dias Toffoli, que votou na última sessão, votaram contra a medida. Por enquanto, somente Nunes Marques e André Mendonça são favoráveis.

No entanto, apesar de ainda não ter proferido seu voto, o ministro Gilmar Mendes, questionou o termo da demarcação de terras indígenas. Ele usou como exemplo o bairro do Noroeste, no Distrito Federal, lugar alvo de polêmica por englobar parte da reserva indígena destinada à comunidade Fulni-ô Tapuya.

“Daqui a pouco o seu apartamento estará nesse contexto. De fato, todo o território [nacional] é indígena, ou alguém tem dúvida disso? No século 18, o Distrito Federal era ocupado por indígenas. [...] O marco temporal foi uma saída nesse contexto, tanto é que eu chamei a atenção que a medida está longe de ser perfeita”, disse Gilmar Mendes durante a sessão.

Em seu voto, Toffoli disse que a proteção constitucional aos direitos de indígenas sobre as terras independe da existência de um marco temporal em 5 de outubro de 1988. “Estamos a julgar a pacificação de uma situação histórica”, ele ressaltou.

Senado

Paralelamente com a votação do STF, circula no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2903/2023 que também determina o Marco Temporal. O PL foi aprovado na Câmara e está sendo analisado no Senado. A votação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal estava prevista para acontecer nesta quarta-feira (20), mas a Comissão adiou a votação após senadores da base governista pedirem vista coletiva, ou seja, mais tempo para análise do texto. A pauta deve voltar para a CCJ na próxima semana.

Apesar do esforço dos parlamentares alinhados ao governo federal em atrasar a votação des-

de que o texto chegou ao Senado, a expectativa é que o presidente da CCJ, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), avance com o projeto.

Aborto

Enquanto o plenário físico julgava o Marco Temporal, disposta a marcar sua passagem pela presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) com a apreciação de pautas progressistas, a ministra Rosa Weber resolveu pautar no plenário virtual da Corte a ação que pede a descriminalização do aborto. Rosa é a relatora do processo. No dia 28 de setembro, ela passará a presidência do STF para o ministro Luís Roberto Barroso. E no dia 2 de outubro, se aposenta após completar 75 anos, a idade limite para ser ministra.

Levar o tema para o plenário virtual era a única forma de Rosa Weber ainda conseguir julgar o tema, uma vez que o plenário físico do STF está às voltas com o julgamento do Marco Temporal das Terras Indígenas, outro tema pelo qual a presidente da Corte tem apreço e quer deixar o julgamento concluído.

Assim, fazer o segundo julgamento virtualmente foi a forma encontrada por ela para poder tratar dos temas em paralelo. O julgamento no plenário virtual começará na sexta-feira (22). No caso, os ministros deixam seus votos por escrito, sem debate.

A expectativa é que algum ministro peça vistas e adie, assim, o fim do julgamento, Mas Rosa Weber deixaria seu voto registrado, no sentido de fazer com que o aborto deixe de ser considerado crime.

Ação que questiona a Ferrogrão é suspensa

Ricardo Botelho/Minfra



Partes interessadas tentam uma conciliação

tionou o descumprimento de medidas ambientais.

Após a posse do novo governo, a Advocacia-Geral da União (AGU) enviou um parecer ao Supremo no qual mudou seu posicionamento e passou a defender a inconstitucionalidade da lei. No governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o órgão foi favorável à lei.

A construção da Ferrogrão é articulada desde o governo do ex-presidente Michel Temer. São esperados investimentos de R\$ 8,4 bilhões no projeto de concessão. Com 933 quilômetros de extensão, o projeto da ferrovia pretende resolver problemas de escoamento da produção agrícola de Mato Grosso para o Norte do país.

Verão no Brasil deve ter recorde de calor

A combinação do recorde de calor nos oceanos registrado em agosto com a provável continuidade do El Niño até março de 2024 aponta para um verão com máximas inéditas no Brasil.

Mas o tempo quente não demora até o início da estação, para chegar ao país. Além de ondas de calor que começaram nesta última semana de inverno, prognósticos de meteorologia, como os do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia), indicam que recordes de temperatura podem ser registrados já na primavera.

Ainda, especialistas dizem que as chuvas que atingem o Sul devem ganhar força com o El Niño, especialmente em dezembro, o que também levará tempo mais quente e seco ao Norte e ao Nordeste. A incerteza recai sobre o Sudeste, sem sinais claros de mais ou menos chuva e calor.

Há a possibilidade, porém, de Brasil e o restante da América do Sul registrarem temperaturas acima das médias históricas no verão.

“Todos os modelos de previsão climática sazonal que olham a primavera e o verão indicam 70% de chance de as temperaturas estarem acima da média”, diz o climatologista Francisco Aquino, chefe do departamento de geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Por; Lucas Lacerda/ Folhapress

InfoGripe mantém alerta sobre covid-19

Boletim InfoGripe, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), segue similar ao da semana passada, no qual se identificou um ligeiro aumento nos casos de Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG) associadas à covid-19, majoritariamente localizados no Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás.

As informações são referentes à Semana Epidemiológica 37 - de 10 a 16 de setembro - e a análise tem como base os dados inseridos no Sivep-Gripe até o dia 18 de agosto.

Coordenador do InfoGripe, Marcelo Gomes destaca que a população adulta é a mais afetada e faz um alerta para alguns estados do Sudeste e do Centro-Oeste.

“O que continua chamando a atenção é essa retomada do crescimento da covid-19, especialmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás. É um processo lento. O Rio de Janeiro chama um pouco mais a atenção, pois a situação está mais clara, mas São Paulo também já começa a ficar mais evidente”, afirmou Gomes, em nota.

Em função da retomada que se observa, o pesquisador relembra a importância da vacinação em dia. “Temos a vacina bivalente, agora disponível para a maior parte das faixas etárias. E mesmo para aquelas faixas para as quais a bivalente ainda não está aprovada, estar em dia com a vacina disponível para a sua idade é fundamental, especialmente agora que observamos esse aumento”, destacou.